

*Raça, medicina tropical e colonialismo
no Terceiro Reich: a expedição de Giemsa e Nauck
ao Espírito Santo em 1936*

*Race, tropical medicine and colonialism
in the Third Reich: Giemsa e Nauck's expedition to
Espírito Santo in 1936*

André Felipe Cândido Silva

Entre março e maio de 1936, Ernst Georg Nauck e Gustav Giemsa, pesquisadores do Instituto de Doenças Marítimas e Tropicais de Hamburgo, percorreram a região de colonização alemã do Espírito Santo. O primeiro contingente de alemães havia chegado à região em 1847, e a corrente imigratória havia cessado por volta de 1880 (Wagemann 1915; Giemsa & Nauck, 1950a; Roche, 1968). O objetivo da expedição foi investigar as condições de vida e saúde da população teuta ali estabelecida, tendo em mira determinar se e em que medida ela poderia ser consi-

André Felipe Cândido Silva é doutor em História das Ciências e da Saúde pela Casa de Oswaldo Cruz (Fiocruz), e pós-doutorando no Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, São Paulo, Brasil, com apoio da FAPESP (andrefelipe@usp.br).
Artigo recebido em 28 de junho e aprovado para publicação em 6 de setembro de 2013.

Est. Hist., Rio de Janeiro, vol. 26, nº 52, p. 347-368, julho-dezembro de 2013.

derada “aclimatada”, ou seja, se havia se adaptado ao local mantendo as características que distinguiam a “raça” alemã, ou se sofrera degeneração nos trópicos, isto é, modificações negativas ocasionadas pelo ambiente tropical. Os pesquisadores justificaram o interesse pelos povoados do Espírito Santo por tratar-se de um dos poucos núcleos que se teriam mantido “racialmente puros” por cerca de três gerações. Junto com a observação das condições econômicas, sociais e culturais – argumentaram – seria possível determinar a extensão em que fatores climáticos e sanitários regeriam “a manutenção e o desenvolvimento da etnia transplantada para os trópicos” (Giernsa & Nauck, 1950a: 451).¹

O presente artigo tem a intenção de analisar a expedição de Giernsa e Nauck ao Espírito Santo, enfatizando os fatores e a rede de apoio que levaram à sua realização, as observações feitas e as conclusões que os dois pesquisadores extraíram delas.² Defendo que seus argumentos refletem o ambiente intelectual da medicina tropical no Terceiro Reich, marcado pelas concepções da higiene racial, pelas ambições do movimento colonialista e por disputas institucionais e controvérsias teóricas. Argumento que a viagem ao Espírito Santo em 1936 foi parte da estratégia do diretor do Instituto de Doenças Tropicais de Hamburgo, Peter Mühlens, de participar ativamente do movimento colonial e de garantir a hegemonia daquela instituição na organização sanitária das futuras colônias tão logo fossem reavidas pela política externa de Hitler. Ilustrativa da forte ligação dos debates científicos com o colonialismo desde o século XIX, a questão da aclimação reemergiu com força na Alemanha dos anos 1930, mobilizando médicos tropicais, geógrafos e antropólogos, ao mesmo tempo em que sedimentou alguns consensos relativos à forma como os alemães pensaram sua política colonial. O principal deles, defendido com diferentes graus de intensidade, era que os indivíduos de sangue germânico não deveriam se miscigenar com os nativos. As conclusões de Giernsa e Nauck aludem à vertente mais tradicional da medicina tropical alemã, identificada com o fundador do Instituto de Hamburgo, Bernhard Nocht, e à forma como ele e o coletivo organizado em torno daquela instituição tenderam a encarar o revisionismo colonialista e a higiene dos trópicos na República de Weimar e durante o Terceiro Reich. Por conta disso, foram acompanhadas de marcante ambivalência na forma como abordaram as concepções da higiene racial e no modo como procuraram responder à questão da aclimação dos europeus nos trópicos.

O Instituto de Doenças Tropicais de Hamburgo e os planos de uma expedição ao Espírito Santo

O Instituto de Doenças Marítimas e Tropicais de Hamburgo, também chamado *Tropeninstitut*, foi fundado em 1900 em consequência da epidemia de

cólera de 1892 e da ambição de criar, na esteira do que havia sido feito a Inglaterra, um centro voltado para os estudos de medicina tropical e higiene das colônias (Wulf, 1994; Mannweiler, 1998; Brahm, 2002). Quem assumiu sua direção foi Bernhard Nocht, que tinha experiência no trato com as doenças “tropicais” e fora discípulo de Robert Koch, o principal expoente da bacteriologia na Alemanha. Nocht dirigiu a instituição até 1930, quando foi substituído pelo pesquisador do Instituto Friedrich Fülleborn, que faleceu três anos depois (Wulf 1994: 82). Sua sucessão deflagrou intensa disputa entre Peter Mühlens, que pertencia à instituição desde 1911, era um dos seus quadros mais importantes e bastante ligado a Nocht,³ e o higienista Ernst Rodenwaldt, que também integrara o Instituto, mas desenvolvera grande parte de sua carreira de médico tropical na África e nas Índias Holandesas e era considerado mais alinhado com a ideologia do nacional-socialismo. Seus escritos sobre higiene racial bastante divulgados nos anos 1920 e 1930, e o ferrenho antissemitismo faziam dele o favorito das autoridades do Partido Nazista e do Exército (Wulf, 1994: 83-84; Hansen 2007: 43). As intercessões de Nocht junto ao governante nomeado pelos nazistas para a cidade de Hamburgo garantiram, no entanto, que Mühlens assumisse o cargo.

As lideranças nazistas consideravam Mühlens um conservador à moda antiga, uma das razões pelas quais se opuseram à sua nomeação para diretor do Instituto de Hamburgo. Ele considerava a devolução das colônias tomadas pelo Tratado de Versalhes uma questão de justiça. Ao assumir a direção do Instituto, esforçou-se para demonstrar aos novos donos do poder que compartilhava seus pressupostos políticos e ideológicos, aos quais pretendia alinhar a instituição e o campo da medicina tropical como um todo. Seria bem-sucedido na neutralização de seus oponentes e na transformação da medicina tropical numa das especialidades médicas mais bem integradas à burocracia nazista, alinhada tanto ao revisionismo colonial quanto ao “expansionismo fundado na mística da raça ariana” (Eckart, 1998: 516).

Para Mühlens, o regime autoritário instaurado por Hitler representou oportunidade ideal para reconquista dos territórios que conferiam legitimidade ao campo da medicina tropical, constituída na virada do século XIX para o XX em estreita sinergia com o colonialismo europeu.⁴ A questão das colônias inicialmente foi ferramenta de manobra nas negociações diplomáticas de Hitler, sobretudo com os ingleses, e na conquista da adesão de “nostálgicos” dos tempos coloniais, como Mühlens. Este passou a trabalhar em estreita colaboração com o Departamento de Política Colonial criado em 1934, ligado ao Ministério das Relações Exteriores e à Sociedade Colonial. No mesmo ano, Mühlens foi nomeado para o Conselho Colonial do Reich. Ele imprimiu centralidade à questão colonial na formulação da agenda científica do Tropeninstitut, a qual passou a determinar a orientação das pesquisas e do abastecimento da biblioteca e das coleções (Wulf 1994: 88-89). Dali em diante, a África tornar-se-ia o principal destino das

expedições feitas pelos pesquisadores do Instituto, e não mais a América Latina, como havia sido nos anos 1920 no âmbito da política de restabelecimento das relações científicas e comerciais com o estrangeiro (Brahm 2002: 75-77).

Ainda em 1934, surgiu mais uma oportunidade de Mühlens fortalecer os laços do seu instituto com o movimento colonial: o geógrafo Oskar Schmieder planejava uma expedição aos povoados alemães do Espírito Santo. Ela incluiria pesquisadores de diferentes especialidades, inclusive médicos tropicais, a quem caberia estudar a incidência e difusão de doenças na região.⁵ A viagem tinha por finalidade estudar a forma de vida dos colonos de origem teuta a fim de esclarecer se era possível a colonização dos trópicos por alemães. Orçada em cerca de 60 mil marcos, a expedição seria composta, além de Schmieder, por um fisiologista, um geógrafo especializado em estudos de agricultura, um cartógrafo, um psicólogo social, um antropólogo e um higienista tropical, para o qual foi sugerido o nome de Ernst Nauck, pesquisador do Tropeninstitut desde 1923.⁶ Nauck desenvolvia à época tese de livre-docência a ser apresentada à Universidade de Hamburgo, “Patologia racial e medicina geográfica” (Wulf, 2010b).

Em julho de 1934, Mühlens escreveu ao pesquisador brasileiro Henrique da Rocha Lima,⁷ que em 1927 retornara ao seu país de origem depois de atuar por 18 anos no Tropeninstitut. Rocha Lima dirigia o Instituto Biológico de São Paulo desde 1933 e permanecia atuando como um dos mais engajados promotores do intercâmbio científico entre Brasil e Alemanha (Silva, 2011: 632-678). Na carta, Mühlens disse estar satisfeito pela participação do Tropeninstitut na expedição de Schmieder e pediu a colaboração do colega brasileiro no empreendimento.

A avaliação do projeto foi bastante positiva.⁸ Apesar disso, o financiamento não foi aprovado, com justificativa de restrições orçamentárias.⁹ Mühlens movimentou-se, então, para obter recursos junto às autoridades de Hamburgo e Berlim. A Fundação Científica de Hamburgo concedeu 6 mil marcos, complementados com 1,5 mil marcos garantidos pelo Ministério da Ciência e Educação do Reich. A disparidade em relação ao orçamento original já insinua que a expedição havia mudado de escopo: ao invés das abrangentes pesquisas, ela abordaria especificamente a ocorrência de doenças tropicais e o impacto do ambiente local sobre as populações de origem germânica. Além de Nauck, os únicos membros que tomariam parte na expedição seriam o químico do Tropeninstitut Gustav Giemsa e sua esposa, que aliás já estavam no Brasil desde novembro de 1935. Rocha Lima havia contratado Giemsa para organizar a seção de química do Instituto Biológico (Ribeiro, 1997: 86).¹⁰

Ernst Nauck desembarcou no porto de Santos em março de 1936. Encontrou com Giemsa em São Paulo, onde foram recebidos pelo líder do Partido Nazista no Brasil, Hans Henning von Cossel. A Organização Estrangeira do

Partido havia sido mobilizada para dar apoio à expedição. No Rio de Janeiro, eles visitaram a embaixada alemã, o Instituto Oswaldo Cruz e o Instituto Teuto-Brasileiro de Alta Cultura.¹¹ Eles também aludem ao apoio de representantes locais da indústria químico-farmacêutica IG-Farben. Do Rio de Janeiro rumaram para Vitória, onde foram recebidos pelo cônsul alemão, e dali foram para a região de colonização alemã (Giemsa & Nauck 1950a: 452). A passagem dos acadêmicos que visitavam o estrangeiro pelas representações diplomáticas locais era uma exigência comum aos que viajavam com apoio oficial. No Terceiro Reich, o trajeto passou a incluir ainda a visita à célula do Partido Nazista, um aspecto das disputas e conflitos entre os diplomatas da Wilhelmstrasse e a Organização Estrangeira do Partido, a qual passou a reivindicar espaço na formulação e coordenação da política cultural externa. É importante ressaltar que a viagem de Nauck e Giemsa ocorria num contexto de aproximação e intensificação das relações entre Brasil e Alemanha. Em 1936, as representações diplomáticas foram mutuamente elevadas à categoria de embaixadas, sintoma do adensamento do intercâmbio comercial entre os dois países e de políticas de cooperação no terreno militar.¹²

A expedição ao Espírito Santo também coincidiu com um momento em que o movimento colonial ganhava força na Alemanha, impulsionado, entre outras coisas, pelo discurso de Hitler durante a ocupação da Renânia em março de 1936. Nele, Hitler expressou claramente a pretensão de reconquista das colônias (Linne, 2008: 28). O projeto de um enclave dominado pelos alemães no centro da África, o qual iria fornecer ao Reich matérias-primas e produtos coloniais, disputou espaço com a ambição de expansão pelo leste europeu, apresentado como o “espaço vital” no qual vicejaria num futuro próximo gerações de representantes da raça ariana purificada.¹³ Em 1936, foi fundada a Associação Colonial do Reich, que reuniu todos os órgãos envolvidos no movimento colonial e de cujo conselho Mühlens fez parte. A nova associação tornou-se a agência oficial para lidar com as questões do movimento colonial. Dali por diante, haveria intensa agitação propagandista, além dos primeiros passos na preparação dos quadros para administração das colônias (Idem: 46-48). O entusiasmo gerado contribuiu para reacender as discussões sobre a influência do ambiente tropical no organismo dos europeus, como corolário dos planos de estabelecimento de núcleos coloniais nos trópicos.

A expedição de Giemsa e Nauck inscreve-se muito mais nesse quadro de debates concernentes às ambições do Terceiro Reich pelas possessões coloniais africanas, orientadas pela revisão das cláusulas do Tratado de Versalhes, do que num eventual interesse dos nazistas em conquistar territórios no Brasil povoados por populações teutas. Apesar do alto contingente de imigrantes de origem alemã na América Latina, os interesses da política externa de Hitler na região eram bastante marginais comparados com seus objetivos no território europeu,

sobretudo na sua porção oriental.¹⁴ No tocante ao Brasil, a simpatia de segmentos do governo varguista pela Alemanha nazista contrastava com a desconfiança que muitas autoridades nutriam em relação aos núcleos de colonização germânica no país, abastecida pela propaganda que já antes da Primeira Guerra advertia para o “perigo alemão” – reeditado nas suspeitas de “quinta-colunismo” –, mas também pela postura de isolamento daquelas populações mediante a política e sociedade local. Este era um traço que também estava presente, como veremos, entre os imigrantes que viviam nos altiplanos do Espírito Santo. Vamos agora seguir os passos de Giemsa e Nauck pelas colinas e vales capixabas, acompanhando seus registros e observações.

Giemsa e Nauck no Espírito Santo

A região visitada por Giemsa e Nauck concentra-se na porção do estado do Espírito Santo entrecortada pelos afluentes da parte sul do rio Doce. O difícil acesso aos núcleos coloniais espalhados pela região e ligados apenas por caminhos precários fez com que eles optassem por visitar apenas locais que fossem representativos da colonização alemã. Escolheram algumas comunidades de colonização mais antiga, situadas em zona mais alta, e mais recente, localizadas na parte mais baixa. A maior parte dos imigrantes provinha da região da Pomerânia, no nordeste da Alemanha, às margens do mar Báltico. No momento em que visitaram a região, a área de colonização espraiava-se dos vales mais altos do sul rumo ao norte, para zonas de baixadas, de clima mais quente (Giemsa & Nauck 1950a: 455-457). Esse processo já havia sido registrado pelo geógrafo Ernst Wagemann, que ali estivera em 1912, quando fez observações minuciosas sobre a organização social, econômica e cultural dos colonos, além de estudos estatísticos sobre a população (Wagemann, 1915). As observações de Wagemann publicadas em 1915 subsidiaram em grande medida as pesquisas de Giemsa e Nauck, que consideraram sua viagem uma comparação, extensão e atualização dos enunciados do geógrafo (Giemsa & Nauck, 1950a: 452).

A expansão contínua da frente agrícola fazia com que a colonização da região fosse polvilhada, sem formar núcleos mais densos de povoamento. Se nas partes altas tal característica devia-se à estreiteza dos vales, nas baixas tampouco houve a formação de aldeamentos dos camponeses. Apenas a organização em comunidades religiosas, protestantes e católicas, conferia uma visão orgânica daquela população, registraram os pesquisadores (Idem: 457). O isolamento das comunidades e a escassez de recursos impossibilitaram a pesquisa em grande número de indivíduos. Os dois optaram por estudar famílias isoladas, as quais totalizaram cerca de 40 (Idem: 453-454).

A partir dos números informados por Wagemann e de cálculos estatísticos feitos por meio de registros das igrejas, Giemsa e Nauck estimaram a população teuto-brasileira no Espírito Santo em cerca de 30 mil pessoas (Giemsa & Nauck 1950b: 566-568). Com base em complexas deduções estatísticas e em informações fornecidas por outros autores, eles apontaram a taxa de crescimento vegetativo bastante favorável daquela população (cerca de 4%), mesmo quando comparada com a da Alemanha (Idem: 574). A baixa taxa de mortalidade e a abundância de crianças assinalavam um crescimento populacional admirável até mesmo para os padrões de “países civilizados” (Giemsa, 1937a: 209).

Giemsa e Nauck registraram amplos aspectos do modo de vida dos colonos: moradia, vestuário, alimentação, saúde, costumes, vida religiosa e econômica etc. No tocante à agricultura, apontaram a predominância da cultura cafeeira, da qual os colonos extraíam renda para aquisição dos demais bens (Giemsa & Nauck 1950a: 459-460). Os pesquisadores criticaram a cafeicultura ali praticada, a qual, segundo eles, se limitava à limpeza dos cafezais. Condenaram ainda a expansão contínua da frente agrícola em busca de novas terras, procedendo à derrubada da floresta virgem e abandonando o terreno tão logo houvesse queda na produtividade, ao invés de recompô-lo pela adubação do solo. Advertiram que tal procedimento poderia levar em breve à completa devastação da cobertura vegetal nativa, sendo premente sua substituição por “um sistema de cultura mais racional” (Idem: 460). Aferrados aos procedimentos herdados de seus pais e avós, os colonos também foram criticados por não utilizarem métodos como o cultivo em terraços, nem se arriscarem a explorar culturas com maior vantagem econômica. “Estamos diante de problemas da maior relevância, pois a futura forma de atividade econômica será de importância fundamental para o destino dessa população de origem alemã”, assinalaram os cientistas (Idem: 461).

Tal problema não estaria alheio à questão racial, pois a contínua busca de terras virgens “estimula o nomadismo, a separação das famílias, a mistura com outras etnias, ocasionando o enfraquecimento da herança racial”, argumentaram (Idem). A dilatação da área de colonização rumo às zonas baixas foi motivo de preocupação dos pesquisadores, uma vez que ali o clima era menos favorável (mais quente e úmido) e era maior a possibilidade de miscigenação com os locais. A exploração mais racional das terras já colonizadas favoreceria a maior densidade demográfica, a união das famílias e o aperfeiçoamento da instrução e da vida social, com o consequente “fortalecimento da herança étnica e elevação do nível cultural”, preconizaram (Idem).

A centralidade das estruturas religiosas na organização da vida dos colonos foi assinalada por Giemsa e Nauck (1950c: 655-657), que reconheceram que a ajuda de padres e pastores fora fundamental para a boa receptividade das comunidades e para a obtenção de “prestimosas informações” (Idem: 656). Segundo

os viajantes (Idem), as comunidades religiosas regulavam quase todos os assuntos da comunidade, funcionando como forma de “autogoverno dos camponeses”. Os religiosos de confissão evangélica há muitos anos realizavam ali um “dedicado trabalho de valiosa missão cultural” (Idem). O pertencimento cultural à nação alemã era mantido aceso – registraram os cientistas – graças a esse trabalho executado pelos pastores, cuja influência lhes permitia “profunda visão da vida e caráter dos membros da comunidade”, com isso exercendo “vasta influência” (Giemsa, 1937a: 205). “A organização religiosa é a guardiã dos costumes alemães”, registraram (1950c: 656).

Aos líderes religiosos também cabia a organização do sistema educacional. Nas comunidades católicas, brasileiros e alemães frequentavam aulas ministradas predominantemente em português. Apenas recentemente – afirmaram Giemsa e Nauck (1950c: 662) – os colonos de origem alemã haviam percebido as vantagens de aprender o idioma local, que em muitos locais era ensinado em paralelo ao idioma alemão (Idem: 661-662). Os pastores representavam a única ligação dos colonos com a Alemanha e esforçavam-se para elevar o nível de instrução, em geral considerado bastante baixo. Por conta disso, a geração adulta lia e escrevia o alemão com dificuldade, possuía poucos conhecimentos gerais e compreendia apenas versos do livro de canto e panfletos religiosos, não estando apta a assinar jornais como os veiculados em idioma alemão (Idem: 657).

De acordo com Giemsa e Nauck (1950c: 662-663), o baixo nível intelectual se refletia na inércia cultural dos colonos, que, privados de qualquer senso de iniciativa, mantinham em contrapartida certas características que os assinalavam “como um grupo étnico de origem alemã” (Idem: 663). Se por um lado guardavam traços negativos da “estirpe pomerana” – “obstinação e tardeza mental” –, por outro também se distinguiam por qualidades positivas, como “a constância, a perseverança, a altivez sadia, o senso das coisas práticas de sua vida simples” (Idem: 663). A desconfiança e isolamento dos colonos em relação aos brasileiros teriam favorecido a conservação dos costumes tradicionais do povo alemão, manifestados nas cerimônias de casamento, enterro e festas, como também no senso de ordem e no apego à língua. “Apesar de todos os erros, de toda a estreiteza mental, e do espírito simplório dos colonos, permaneceu, com os usos e costumes, um patrimônio cultural alemão, cuja natureza ficou intacta em meio a um mundo estranho”, diagnosticaram Giemsa e Nauck (1950c: 664).

Particular relevo assumiram as observações sobre as condições de saúde das populações teutas, em geral consideradas relativamente boas. Epidemias mais sérias de doenças como febre amarela e malária e doenças venéreas e tuberculose não grassavam entre os colonos. O papel inexpressivo do impaludismo, na opinião dos cientistas, era de “importância decisiva para a colonização e propagação dos descendentes de alemães no Espírito Santo” (Giemsa e Nauck

1950b: 562). Repercutiam a visão de Bernhard Nocht (1910: 281), de que essa doença representava, ao lado da ancilostomíase, o obstáculo mais significativo para a fixação dos europeus nos trópicos. Investigações sistemáticas feitas em crianças em idade escolar revelaram, no entanto, alto grau de verminoses, principalmente ancilostomíase. Atribuíram sua incidência ao consumo de água não-potável, à falta de esgoto tratado, à alimentação deficiente e ao hábito dos colonos de andarem descalços e de se banharem nos rios. As noções de higiene em geral eram bastante rudimentares, afirmaram Giemsa e Nauck (1950b: 560). A assistência médica era bastante precária, uma vez que o difícil acesso às colônias inviabilizava visitas médicas regulares. Mas de uma forma geral as baixas taxas de mortalidade sugeriam boas condições de saúde.

Giemsa e Nauck (1950b) correlacionaram o nível econômico das famílias ao grau de infecção pelo ancilóstomo. O retardo mental observado em algumas crianças, a constituição franzina e a apatia deviam-se ao verme que sugava sorrateiramente a energia e robustez física, e não a uma suposta “degeneração da raça”: “Não pudemos confirmar a afirmação, frequentemente ouvida, de que há entre os alemães muitas famílias degeneradas. Qualificam-se como degeneradas algumas famílias economicamente decaídas ou dadas à embriaguez, nas quais as doenças, principalmente a ancilostomíase, atuam com gravidade muito maior” afirmaram os cientistas (Idem: 564-565). O alcoolismo que observaram em todas as colônias não apresentava evidências de transmissão hereditária. Nenhuma outra doença hereditária foi observada entre as famílias pesquisadas (Idem: 565).

Para analisar os efeitos do meio tropical sobre o patrimônio hereditário dos colonos, Giemsa e Nauck fizeram medições antropométricas da cabeça e do corpo e registraram características físicas como cor dos olhos, tipo e cor dos cabelos etc. A impossibilidade de investigar todos os indivíduos obrigou-os a selecionar famílias que consideraram representativas daquela população. A distância entre as colônias, o período curto de estadia e a dificuldade de acesso a alguns locais limitaram a pesquisa. Em algumas das 40 famílias pesquisadas eles tentaram reconstruir a genealogia até a geração que havia emigrado. Os colonos responderam a questionários nos quais foram indagados sobre sua origem, antepassados, número de filhos, condições de saúde, propriedade, custo de vida etc., e foram observados em meio ao seu trabalho cotidiano. “Levantamentos genealógicos e de relações de parentesco no Espírito Santo poderiam fornecer material de inestimável valor, servindo para comparar grupos hereditariamente similares, da mesma procedência, fixados em meios diversos, isto é, as mesmas parentelas e famílias, na Alemanha e no Brasil”, apontaram Giemsa e Nauck (1950c: 653-654). As medições antropométricas e estudos genealógicos poderiam servir de pontapé inicial para essa empreitada, mas não autorizavam “conclusões de ordem geral” por estas requererem pesquisa em número maior de gerações (Idem: 654).

Em crianças em idade escolar foram realizadas medições mais sistemáticas. Os pesquisadores de Hamburgo compararam os resultados com as medidas das crianças na Alemanha, concluindo que a estatura média no Espírito Santo ultrapassava a dos meninos do norte do país, mas com menos peso e estrutura mais esguia (Giemsa & Nauck 1950c: 655). Sugeriram que no Espírito Santo, de forma semelhante ao que ocorria em outras regiões tropicais, o crescimento se acelerava até os seis anos, quando então passava a ocorrer em ritmo mais lento. Tal modificação, no entanto, seria de ordem fenotípica – das características externas – e não genotípica – do material genético –, pois o período seria muito curto para alterações desse tipo, devendo-se principalmente à larga ocorrência da ancilostomíase e demais verminoses entre as crianças (Idem: 655). Nos adultos não se observava nenhuma diferença notável entre os colonos e uma população rural da Alemanha. Predominava aqui, como lá, o tipo esguio, havendo poucas pessoas com excesso de gordura. Talvez um indício de adaptação ao meio brasileiro, especularam os viajantes (Idem: 655).

O crescimento vegetativo favorável, as condições razoáveis de saúde, a ausência de sinais de degeneração e o vigor físico indicavam que os imigrantes alemães haviam se adaptado ao meio local. Famílias resistentes e fortes eram sinais “das qualidades do patrimônio hereditário que transplantaram consigo para o Brasil” (Idem: 653) A pesquisa genealógica de uma das famílias ali estabelecidas, os Seibel, insinuava que tinham aptidão para a tarefa colonizadora: “A grande vivacidade intelectual, herdada do lado renaniano, é completada por uma mistura feliz com a perseverança e tenacidade do fator pomerano”, concluíram Giemsa e Nauck (Idem: 654-655). Mas o que os indícios da adaptação bem-sucedida daquelas populações tinham a dizer sobre o debate da aclimação, adensado com a efervescência do movimento colonial e com as discussões sobre higiene racial?

A viagem ao Espírito Santo e o debate sobre aclimação racial

Desde fins do século XVIII e durante o XIX, o debate sobre aclimação racial aludiu à própria viabilidade do empreendimento colonizador. Em meados dos oitocentos, as teorias raciais, a geografia médica e as concepções de saúde e doença fomentaram visão pessimista do processo. Nos ambientes tropicais, antípodas das zonas temperadas, a raça sofreria degeneração, tanto física quanto psíquica e moral, levando a que as populações ali estabelecidas retroagissem a um nível inferior de civilização (Anderson, 2006). Na passagem do século XIX para o XX, a ideia de que as doenças deviam-se à infecção por germes específicos – no caso das chamadas “doenças tropicais”, a parasitas complexos que desenvolviam

seus ciclos de vida em outros seres – fez com que a ação de fatores climáticos e ambientais fosse para segundo plano. A resistência ou suscetibilidade às enfermidades foram vistas, no entanto, como propriedades fundadas na constituição racial (Anderson, 1996). Nem por isso foram abandonadas explicações que insistiam numa degeneração sistêmica do organismo pelo clima, motivo pelo qual a aclimação permaneceu como questão controversa no início do século XX.

A questão da aclimação fora um dos motivos que haviam impellido Ernst Wagemann a percorrer a região de colonização alemã no Espírito Santo em 1912. Segundo ele (Wagemann, 1915), os médicos eram em geral inclinados a defender uma visão positiva, ao passo que os antropólogos e geógrafos defendiam que fatores como radiação, calor e umidade inviabilizavam a aclimação dos europeus. Embora tal quadro soe simplista e esquemático (médicos tropicais também relutaram em endossar uma visão otimista), ele dá testemunho das indefinições e controvérsias que pairavam em torno do assunto. Em 1912, o Instituto Colonial Internacional declarou: “Nossos conhecimentos ainda são muito limitados. O que sabemos, indubitavelmente, é que a raça branca tem de lutar com dificuldades para se adaptar aos trópicos, mas não sabemos se estas dificuldades são insuperáveis ou relativas”. Dois anos antes, a aclimação fora tema de debate no Terceiro Congresso Colonial, reunido em Berlim. Nele, um dos decanos da medicina tropical alemã, Bernhard Nocht, defendeu concepção mais otimista do processo. Ele distinguiu a aclimação individual da racial, definindo a segunda como “a adaptação sadia não só dos primeiros imigrantes, mas também dos seus descendentes, de modo que estes se reproduzem de geração em geração sem se misturar com o sangue nativo” (Nocht, 1910: 279).

Nocht afirmou que a aclimação dos brancos somente estava excluída em áreas onde grassavam doenças tropicais, sobretudo a malária e a ancilostomíase. Seriam elas e não fatores climáticos os principais óbices para a colonização. Mesmo em países africanos costeiros, vistos como os mais hostis à fixação dos europeus, seria possível manter gerações de imigrantes por décadas a fio, desde que eles não se misturassem com a população local e que a região estivesse livre das doenças tropicais. Mas além destas, deveria haver circunstâncias econômicas “muito favoráveis” (Idem: 285). O nível inferior dos mestiços – argumentou Nocht – era resultante não tanto de uma constituição hereditária debilitada, mas de fatores como educação e influências sociais. Em boas condições econômicas e com boa educação não haveria razão para os alemães temerem a perda de suas “qualidades superiores” nos trópicos (Idem: 287-8). Nocht defendeu formas de aclimação “gradual”, como a de europeus nascidos nos trópicos, cuja descendência formar-se-ia intermediando a permanência nas colônias com estadas regulares na Europa. “É de se esperar que o desbravamento de nossas

colônias tropicais em grande parte se complete por esse caminho”, vaticinou (Idem: 289).

Os argumentos de Nocht repercutiram na abordagem de Giemsa e Nauck da questão da aclimação. Eles recorreram à distinção entre aclimação individual e racial proposta por Nocht e defenderam que o processo de aclimação deveria abranger não só a adaptação corporal e sanitária, mas também a “transformação da vida cultural” (Giemsa & Nauck 1950c: 665). Dessa forma, a discussão teria de incluir “a adaptação psíquica e cultural”. Para eles a aclimação não poderia ser equiparada a “resultados da colonização”, uma vez que estes dependiam “não só das condições climáticas, mas também da capacidade física e espiritual do imigrante; da situação e dos métodos econômicos, das possibilidades de transporte e de comércio dos produtos e, *last but not least*, da educação e da escola” (Idem: 665). Consideraram o caso do Espírito Santo esclarecedor do modo como populações de origem alemã podiam se adaptar ao meio tropical. Em termos raciais e culturais, os colonos haviam mantido características distintivas do povo alemão. A “boa constituição” genética e o alto crescimento vegetativo sugeriam que eles apresentavam sinais de aclimação:

Apesar da ocorrência de determinadas doenças, em particular de verminoses, e de certos danos climáticos decorrentes da expansão da área colonizada pelas regiões de baixada, estão presentes indícios de uma aclimação, de modo que a existência e duração da população parece assegurada se considerado o ponto de vista sanitário (Giemsa, 1937b: 214).

O exemplo do Espírito Santo era importante por ser praticamente um dos únicos contextos que reunia população de alemães que não se havia miscigenado com nativos e que se havia tornado “autóctone”, evidenciando assim os fatores que tornavam uma adaptação ao meio ambiente tropical bem-sucedida (Giemsa & Nauck 1950c: 665). As observações feitas no Brasil lançavam luz sobre uma das questões mais discutidas sobre a aclimação: se as populações brancas mantinham de forma permanente nos trópicos a capacidade de realizar trabalho corporal intenso. Giemsa e Nauck (1950c: 666) haviam registrado que os colonos no Espírito Santo trabalhavam duro da infância à idade madura, realizando tarefas árduas, como derrubada da mata, abertura de picadas e trabalhos de marcenaria que duravam cerca de oito horas por dia, mas que podiam alcançar 12 horas na época da colheita do café. O desgaste corporal intenso segundo eles era compensado por um sono reparador, pela boa alimentação e pela “simplicidade e uniformidade da vida” (Idem: 666). Se havia “degeneração”, esta se-

ria “aparente”, ocasionada não pelo clima, nem por alterações na constituição genética, mas por modificações fenotípicas decorrentes de doenças e outros fatores ambientais. O “atraso” cultural seria explicável pelo isolamento geográfico e social das comunidades e pela formação escolar deficiente (Idem: 667). O caso do Espírito Santo demonstraria de forma eloquente que processos sociais, econômicos e culturais eram tão relevantes no êxito da aclimatação e colonização quanto determinações fundadas na fixidez do patrimônio genético e hereditário dos colonos:

Se a população (apesar da falta de direção intelectual e de orientação, apesar da instrução escassa, das condições econômicas pouco favoráveis, da falta de cuidados médicos e de higiene) resistiu ao clima, realizou com pesado esforço corporal o melhor que se podia esperar, e povoou novas áreas, permanecendo germânica no caráter, na índole, na língua e na fé, revelando, por diversas gerações, capacidade de trabalho e de reprodução, podemos considerar que foram satisfeitos os pressupostos que a nosso ver compõem o conceito de uma aclimatação bem-sucedida (Idem: 667).

A manutenção da pureza racial figurou como condição fundamental e inegociável nas discussões sobre a aclimatação nos trópicos. Se ela já aparece no discurso de Nocht em 1910, torna-se muito mais intensa no ambiente intelectual do Terceiro Reich. As conclusões de Giemsa e Nauck fundamentam-se no argumento de Nocht, mas ao mesmo tempo dialogam com uma vertente mais radical que se distinguiu na medicina tropical durante o nazismo, cujo principal expoente foi Ernst Rodenwaldt. Segundo Wolfgang Eckart (1998: 521), Rodenwaldt destacou-se como “o destacado protagonista da antropologia e higiene racial na Alemanha dos anos 30 e 40”, que “incorporou a personalidade do militar e intelectual que defendia de forma fanática a segregação racial”.¹⁵ No âmbito dos debates teóricos, ele representou uma corrente que enfatizou a prevalência dos fatores da constituição individual – genética e racial – na incidência das doenças, criticando a abordagem centrada apenas no combate aos parasitas e vetores (Hansen, 2007: 43-54).

Dois anos depois de Giemsa e Nauck terem visitado o Espírito Santo, Rodenwaldt abordou a questão da aclimatação em seu manual “Higiene tropical” (*Tropenhygiene*). Os dois pesquisadores haviam apresentado suas observações ainda em 1936 na reunião anual da Sociedade Alemã de Medicina Tropical, cujo tópico naquele ano foi a discussão sobre aclimatação. Em 1937, eles as divulgaram no periódico oficial do *Tropeninstitut*, além de publicar juntos ou indivi-

dualmente em outros veículos (Giemsa, 1937a e 1937b; Giemsa & Nauck, 1937, 1939; Nauck, 1937, 1938a, 1938b, 1939). Sem mencionar diretamente as pesquisas deles, Rodenwaldt (1938: 134-135) advertiu que experiências bem-sucedidas de aclimatação não podiam ser generalizadas, uma vez que os trópicos não constituíam uma unidade, mas um conjunto de microambientes com características próprias e bastante distintas entre si. Argumentou que populações fixadas em maiores altitudes tendiam a ser favorecidas pelo clima mais próximo das zonas temperadas. Taxas de nascimento “admiravelmente altas” como no Espírito Santo tampouco seriam indícios seguros de uma transplantação bem-sucedida dos europeus nos trópicos (Idem: 132). Além do mais, se era possível falar em “adaptação”, ela significava retrocesso a um nível cultural inferior, já que as populações alemãs observadas nos trópicos seriam marcadas pela estagnação cultural, figurando muito mais como “caricaturas de uma comunidade viva de europeus” (Idem: 133). “Em lugar nenhum observa-se entre estes povoados fixados nos trópicos desenvolvimento e progresso paralelos àqueles observados na pátria de origem”, argumentou (Idem: 133). E prosseguiu:

Se em sua nova pátria tropical, europeus de sangue puro, ainda que sob circunstâncias econômicas favoráveis, recusam, ou se nem mesmo lhes passa pelo pensamento, construir latrinas e, por conta disso, sofrem de ancilostomíase tal como os nativos do país; se seu vestuário e alimentação mantêm-se no mesmo nível da época em que emigraram, isso indica a ausência de qualquer visão de futuro em termos raciais, a diminuição de todo vigor e de todo desejo de progredir. Não é um acaso que nos países coloniais a palavra “degenerar” seja utilizada predominantemente para designar o aspecto psíquico. Nesse sentido, degeneração denota o processo no qual colonos descendentes de um povo europeu talentoso e enérgico não conseguem se sobressair cultural, econômica e politicamente num país colonial e, ao invés de se tornarem padrões e repositórios de cultura, figuram como meros objetos da administração de um povo estranho, por acaso, mestiço (Idem: 133).¹⁶

É razoável supor que Rodenwaldt estivesse se referindo aqui ao caso estudado por Giemsa e Nauck. Do ponto de vista da higiene racial e da pesquisa sobre hereditariedade, era bem pouco provável que ocorressem modificações do patrimônio genético e racial em populações estabelecidas nos trópicos – ponderou Rodenwaldt –, mas a estagnação cultural e a permanência da ameaça representada pelas doenças tropicais não autorizavam uma visão otimista da aclimatação (Idem).

Raça, medicina tropical e colonialismo no Terceiro Reich

Na versão mais extensa do relatório da expedição publicada em 1939, Giemsa e Nauck repercutem algumas das afirmações de Rodenwaldt, principalmente as que advertiam para o risco de se tomar o ambiente tropical como algo homogêneo (Giemsa & Nauck 1950c: 664-665). Em concordância com ele, apontaram que exemplos isolados de uma aclimação bem-sucedida nada significavam em relação à discussão mais geral da aclimação dos europeus nos trópicos. No fio da navalha entre as concepções da higiene racial e o esforço de retratar da forma mais ampla possível o modo de vida dos colonos do Espírito Santo, o discurso de Nauck e Giemsa é perpassado por uma ambivalência permanente, que alude, ao fim e ao cabo, às indefinições e à zona de penumbra que havia entre as dimensões de “raça” e “cultura”, mesmo num contexto tão marcado pelas ideias racialistas como a Alemanha nazista.

A aclimação e o projeto colonialista no Terceiro Reich

Apesar da cautela de Giemsa e Nauck em extrair conclusões de maior alcance de suas análises, as afirmações sugerem a possibilidade de colonização dos trópicos por populações de origem alemã. Mas eles logo advertiram que não estavam a estimular a emigração em massa para as regiões tropicais: “O povo alemão não pode renunciar a seus valiosos componentes”, preconizaram (Giemsa & Nauck 1937: 21). A Alemanha não poderia repetir os erros do passado, quando milhões de pessoas haviam deixado o país, sendo depois absorvidas pelos povos estrangeiros pela miscigenação (Idem: 21). Rodenwaldt (1938: 134) advertiu para o risco de experimentos de colonização nos trópicos com alemães: somente poucas famílias deveriam assumir a administração das colônias, estando estritamente sujeitas às leis raciais tais como vinham sendo aplicadas desde 1935 na Alemanha com as chamadas “leis de Nuremberg”. Segundo Giemsa e Nauck (1950c: 668), o território colonial almejado pela Alemanha deveria servir em primeira linha para a exploração da matéria-prima, devendo ser condenada a colonização em massa por “valiosos alemães”, orientação confirmada por Mühlens no prefácio ao relatório publicado em 1939: “É verdade que o espaço colonial reivindicado por nós como um direito deveria antes se prestar à exploração de fontes de matérias-primas do que à colonização. Já por motivos de ordem política nacional é condenável uma colonização em massa dos trópicos por valiosos elementos étnicos alemães”. Os cientistas ecoavam a diretriz seguida pelas lideranças do governo e do Partido Nazista envolvidas no movimento colonial (Linne, 2008: 31 e 41). Apenas uns poucos alemães, dotados de boa “constituição hereditária” e obedecendo às severas leis de segregação e higiene racial, dominariam as forças de trabalho dos nativos e coordenariam os reservatórios de matéria-prima

(Eckart, 1998: 518). Giemsa e Nauck (1937: 21) chegaram a sugerir que algumas famílias de colonos do Espírito Santo estariam aptas a assumir essa tarefa nas colônias.

Versão mais extensa das observações de Giemsa e Nauck veio a lume somente em 1939, nos *Anais Geográficos*, sob os auspícios da Universidade de Hamburgo. No prefácio, ressaltaram:

circunstâncias diversas protelaram a impressão de nosso relatório, que só agora vem à publicidade. No espaço de tempo entre nossa viagem e o aparecimento do livro, nada que nos pareça importante se modificou nas condições demo-biológicas. A situação política e as possibilidades futuras de desenvolvimento que por ela podem ser influenciadas alteraram-se no correr dos últimos anos e foram levadas em conta na medida em que interessavam nossas pesquisas (Giemsa & Nauck, 1950a: 452).

Em 1939, ganharam dinamismo, impulsionados por ordem do próprio Hitler, os trabalhos de preparação da administração colonial (Linne, 2008: 48). O Ministério das Relações Exteriores encarregou-se de apresentar e negociar a retomada das colônias no plano diplomático. Ao Instituto de Doenças Tropicais de Hamburgo coube a instrução dos médicos que deveriam atuar nas colônias. Em 1938, Mühlens fez uma viagem pela África após a qual apresentou planos de criação de uma filial do Tropeninstitut naquele continente; o Conselho Colonial do Reich também encarregou-o de formar um comitê para lidar com a instrução dos médicos coloniais (Idem). Em maio de 1939, teve início o curso de nove semanas para formação dos médicos. O Instituto de Medicina Tropical filiado à Academia Médico-Militar, chefiado por Rodenwaldt, disputou com Hamburgo a prerrogativa de formar os médicos coloniais. Com a guerra despontando no horizonte, a retomada das colônias passaria a ser perseguida pela via militar e não mais diplomática. O desfecho do conflito, no entanto, fez água nos projetos coloniais dos alemães, não sem antes provocar a morte criminoso e cruel de populações vistas como inferiores e “indignas” de comporem a nova Alemanha, um bárbaro corolário das concepções de higiene racial, veiculadas e assimiladas à época como legítima ciência. Se nos anos 1930 já se divisavam críticas à ideia de raça, depois da Segunda Guerra elas se tornaram mais intensas, a ponto de o antirracismo figurar como pauta relevante em fóruns internacionais dedicados a reconstruir a ordem mundial a partir dos traumas do conflito (Brattain, 2007). Nos anos 1950, o destino dos núcleos de colonos teutos inquietou intelectuais como Sérgio Buarque de Holanda, dedicados a compreender os fundamentos da

nação brasileira e projetar seus rumos futuros. “Até onde, finalmente, as formas de vida importadas de terras frias ou temperadas lograrão subsistir, entre nós, sem mudança ou, como querem outros, sem degenerescência?” (Holanda, 1950). Em relação às observações de Nauck e Giemsa, Holanda sublinhou a presença de “doutrinas raciais e mesmo de ideologias nacionalistas”, as quais só poderiam interessar a certos intelectuais brasileiros “por curiosa extravagância” (citado em Ackermann, 2005: 9). Porém reconheceu que, despidas do léxico racista e dos “fundamentos doutrinários” do Terceiro Reich, elas forneciam um quadro bastante abrangente do modo de vida dos colonos do Espírito Santo. As escusas motivações que haviam levado os pesquisadores às serras capixabas justificavam o impulso a conhecê-las mais do que condená-las de antemão:

Quando um Nauck, por exemplo, chega a invocar, em 1938, os fundamentos doutrinários do nacional-socialismo em favor da preservação em sua integridade da pureza racial e cultural dos 40.000 alemães ou teuto-brasileiros estabelecidos entre as florestas capixabas, não vejo como seu ponto de vista tenha precisamente por onde nos encantar. Mas também não creio que, tomadas em bloco, as conclusões obtidas nesse caso, e em outros, possam ser fortemente prejudicadas pelo seu colorido racista. Em certo sentido acredito mesmo que a presença de atitudes semelhantes deva ser, ao contrário, um incentivo para que procuremos conhecê-las (*apud* Ackermann 2005: 9).

Em sua análise da expedição de Nauck e Giemsa, Ackermann (2005) peca por alinhá-la diretamente ao “projeto colonial” do Terceiro Reich, sem demonstrar o modo como se deu essa associação, construída muito mais como uma articulação de Peter Mühlens movido pela ânsia de fazer com que o Tropeninstitut participasse ativamente do movimento colonial, do que como um projeto político articulado pelas lideranças nazistas. Além disso, Ackermann cai na falácia de desvalidar as pesquisas e conclusões dos dois pesquisadores alemães, que, segundo ela, “prestaram um serviço maior a questões políticas do que à ciência em si”. Tal afirmação não só supõe que exista uma ciência “em si” imune às questões políticas, o que contradiz o que vem afirmando a historiografia identificada com os “estudos sociais da ciência”, como ainda qualifica como “pseudocientíficas” as ideias baseadas na questão racial, as quais circularam na Alemanha nazista, em outros países da Europa, Estados Unidos, Austrália e América Latina. Segundo Nancy Stepan (2004: 12), tal postura é “uma forma conveniente de deixar de lado o envolvimento de muitos cientistas proeminentes em sua elaboração e de ignorar questões difíceis sobre a natureza política de boa parte das ciências biológicas e humanas”. Arrisca-

ria dizer: de todas as ciências, biológicas ou humanas. A expedição de Giemsa e Nauck à região de colonização alemã no Espírito Santo indica como ambições institucionais e disputas de poder marcaram a ambiência acadêmico-científica do Terceiro Reich, caracterizada não tanto por alinhamentos automáticos, mas por esforços de acomodação e sinergia com os imperativos políticos e ideológicos do regime. O debate sobre a questão racial e sua articulação com o projeto colonial é bastante elucidativo a esse respeito. No entanto, a política e a sociedade não são fatores que “influenciaram” ou “deformaram” as concepções de natureza científica, e sim ingredientes constitutivos na formação de seus enunciados, na Alemanha nazista como em quaisquer formações sociais do mundo contemporâneo, no passado como no presente.

Notas

1. Versão mais extensa do relatório da viagem de Giemsa e Nauck veio a lume em 1939 nos Anais Geográficos da Universidade de Hamburgo (Giemsa & Nauck, 1939). Utilizo aqui a versão traduzida para o português por Reinaldo Sant’Anna e publicada no *Boletim Geográfico* em 1950 em três partes (Giemsa & Nauck 1950a, 1950b, 1950c). Nas citações do relatório cotejei as duas versões a fim de verificar eventuais discrepâncias.

2. Ficarei devendo ao leitor uma visão sobre o impacto das observações de Giemsa e Nauck no meio acadêmico alemão e nos círculos militares e políticos, sobretudo entre aqueles diretamente envolvidos na concepção da política colonial nazista. Pesquisas futuras nos arquivos alemães poderão lançar luz sobre esse aspecto. No que se refere à preparação da expedição, seria interessante também analisar de forma mais pormenorizada as negociações que redundaram na sua realização.

3. Apresentação biográfica de Peter Mühlens em Wulf, 2010a.

4. Sobre a institucionalização da “moderna” medicina tropical e sua relação com o colonialismo europeu ver, por exemplo, Worboys, 1993, e Arnold, 1996. Revisão mais recente dessa literatura encontra-se em Neill, 2012.

5. Arquivo Histórico do Bernhard Nocht Institut für Tropenmedizin, Ordner Institusgeschichte 1935-6. Nauck, E. & Giemsa, G. Reisebericht nach Espirito Santo. Datilografado. Desde 1930, Schmieder era professor de geografia na Universidade de Kiel, onde atuava como um dos divulgadores da doutrina do “espaço vital” (*Lebensraum*) que serviu de substrato ideológico para as ambições expansionistas dos nazistas. Previa a expansão de povos “racialmente superiores” para além das fronteiras de nacionalidade, anexando territórios e subjugando populações “inferiores” para dar lugar à formação de uma comunidade fundada na identidade racial.

6. Politisches Archiv des Auswärtigen Amtes Akte 65822 – Notgemeinschaft der

Raça, medicina tropical e colonialismo no Terceiro Reich

deutschen Wissenschaft. Verschiedenes – Blatt 4, s. d. Nascido na Rússia, Nauck ingressou no Instituto em 1923, depois de ter participado da célebre expedição da Cruz Vermelha Alemã constituída para combater epidemia de tifo e a fome catastrófica que se abateu sobre o território russo em 1921-1922. De 1924 a 1927 viveu na China e de 1927 a 1929 na Costa Rica, em ambos os países dedicando-se ao estudo e ensino das doenças tropicais

7. Carta de Peter Mühlens a Henrique da Rocha Lima de 29.03.1934. Arquivo Rocha Lima – Centro de Memória do Instituto Biológico de São Paulo, São Paulo, Brasil.

8. Politisches Archiv des Auswärtigen Amtes Akte 65822 – Notgemeinschaft der deutschen Wissenschaft. Verschiedenes – Blatt 4, s. d.

9. Politisches Archiv des Auswärtigen Amtes Akte 65822 – Notgemeinschaft der deutschen Wissenschaft. Brief an den Professor Schmieder 09.06.1934.

10. Giemsa era célebre principalmente por ter aperfeiçoado método de coloração amplamente utilizado na visualização de parasitas e células e pelos estudos em quimioterapia e farmacologia.

11. Fundado em 1930 por alguns cientistas e intelectuais germanófilos interessados em fomentar o intercâmbio acadêmico entre Brasil e Alemanha (Silva, 2011: 593-595).

12. Sobre as linhas gerais das relações entre Brasil e Alemanha nos anos 1930 ver Hilton, 1977; Moura, 1980; Gertz, 1996.

13. O papel das reivindicações por colônias na África dentro da política externa de Hitler, segundo Karl Linne, era o de compor uma manobra tática destinada não só a pressionar as negociações com os britânicos, como também a conquistar o apoio interno de uma elite tradicional decepcionada com os rumos da política alemã.

14. Sobre a política externa de Hitler, ver Weinberg, 2005, principalmente capítulos 6 e 22, nos quais o autor trata da posição do Brasil e da América Latina naquela política. Este é tema específico dos trabalhos de Bartelt, 1993 e Müller, 1994.

15. Sobre Rodenwaldt ver Kiminus, 2002.

16. Tradução livre. Agradeço a Miriam Junghans pelo auxílio na tradução para o português desse intrincado trecho de Rodenwaldt.

Referências bibliográficas

ACKERMANN, Sílvia. Sob a lente alemã: súditos de Hitler pesquisam populações de origem alemã no Estado do Espírito Santo. *Anais do Simpósio Muitas Faces de uma Guerra*. Florianópolis: UDESC, 2005. Disponível em <www.cce.udesc.br/cem/simpoiudesc/anais/st2/st2silvia.doc>, Acesso em 23.08.2011.

ANDERSON, Warwick. Immunities of empire: race, disease, and the new tropical medicine, 1900-1920. *Bulletin of the History of Medicine*, vol. 70, n. 1, 1996, p. 94-118.

———. *The cultivation of whiteness: science, health and racial desitny in Australia*. 2^a ed. Durham: Duke University Press, 2006.

ARNOLD, David (ed.). *Warm climates and western medicine: the emergence of tropical medicine 1500-1900*. Amsterdam/Atlanta: Rodopi, 1996.

BARTELT, Dawid. "Funfte Kolonne" ohne Plan. Die Auslandsorganisation der NSDAP in Brasilien, 1931-1939, *Ibero-Amerikanisches Archiv*, v. 19, n. 1/2, 1993, p. 3-35.

BRAHM, Felix. *Die Lateinamerika-Beziehungen des Hamburger Tropeninstituts 1900-1945*. Magisterarbeit Geschichte, Universität Hamburg, Hamburg, 2002.

BRATTAIN, Michelle. Race, racism and antiracism: Uesco and the politics of presenting science to the postwar public. *American Historical Review*, n. 112, 2007, p. 1386-1413.

ECKART, Wolfgang U. *Medizin und Kolonialimperialismus: Deutschland 1884-1945*. Paderborn, 1997.

GERTZ, René. Influência política alemã no Brasil na década de 1930. *Estudos Interdisciplinares de America Latina y el Caribe*, v. 7, n. 1, enero-junio 1996.

GIEMSA, Gustav. Ein deutschstaemmiges, im brasilianischen Staate Espirito Santo bodenständig gewordenes Kolonistenvolk. *Koloniale Rundschau*, v. 28, n. 3, 1937a. p. 200-215.

———. Gesundheitverhältnisse bei den deutsch-stämmigen Kolonisten im brasilianischen Staate Espirito Santo. *Gesundheit und Leben*, São Paulo, v. 2, n. 7, 1937b, 11-14.

——— & NAUCK, Ernst G. Rasse und Gesundheitserhaltung sowie Siedlungsfragen in den warmen Ländern. *Archiv für Schiffs- und Tropenhygiene*, Leipzig, v. 41, n. 1, 1937, p. 9-21.

——— & ———. *Eine Studienreise nach Espirito Santo: Volksbiologische Untersuchung einer deutschstämmigen Bevölkerung in*

Mittelbrasilien als Beitrag zum Akklimatisationsproblem. Hamburg: Friedrichsen und de Gruyter, 1939.

——— & ———. Uma viagem de estudos ao Espírito Santo – pesquisa demobiológica realizada com o fim de contribuir para o estudo do problema da aclimação numa população de origem alemã estabelecida no Brasil Oriental. *Boletim Geográfico*, v. 8, n. 88, 1950a, p. 451-470.

——— & ———. Uma viagem de estudos ao Espírito Santo II. *Boletim Geográfico*, v. 8, n. 89, 1950b, p. 560-575.

——— & ———. Uma viagem de estudos ao Espírito Santo III. *Boletim Geográfico*, v. 8, n. 90, 1950c, p. 653-701.

HANSEN, Friedrich. *1907-2007 – Deutsche Tropenmedizinische Gesellschaft (Deutsche Gesellschaft für Tropenmedizin und Internationale Gesundheit): Eine Chronik*. Hamburg: Deutsche Gesellschaft für Tropenmedizin und Internationale Gesundheit, 2007.

HILTON, Stanley. *O Brasil e as grandes potências*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Clima e raça. *Folha da Manhã*, São Paulo, 29 ago. 1950.

KIMINUS, Manuela. *Ernst Rodenwaldt, Leben und Werk*. Tese de Doutorado, Instituto de História da Medicina, Universidade de Heidelberg, 2002.

LINNE, Karsten. *Deutschland jenseits des Äquators? Die NS-Kolonialplanungen für Afrika*. Berlin: Ch. Links Verlag, 2008.

MANNWEILER, Erich. *Geschichte des Instituts für Schiffs- und Tropenkrankheiten in Hamburg, 1900-1945*. Kelttern-Weiler: Goecke und Evers, 1998.

MOURA, Gerson. *Autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1937 a 1945*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

Raça, medicina tropical e colonialismo no Terceiro Reich

- MÜLLER, Jürgen. *Nationalsozialismus in Lateinamerika. Die Auslandsorganisation der NSDAP in Argentinien, Brasilien, Chile and Mexico, 1931-1945*. Tese de Doutorado, Universidade de Heidelberg, 1994.
- NAUCK, Ernst Georg. Deutsche Kolonisten in Espirito Santo. *Gesundheit und Leben*, São Paulo, v. 2, n. 9, 1937, p. 18-20.
- . Akklimatisation und Siedlung in den Tropen. *Die Umschau in Wissenschaft und Technik*, Frankfurt a.M., v. 42, n. 42, 1938a, p. 960-964.
- . Die Akklimatisation und ihre Bedeutung für die Siedlung in den Tropen. *Zeitschrift der Gesellschaft für Erdkunde*, Berlin, n. 314, 1938b, p. 81-93.
- . Zur Frage der Akklimatisation. *Deutsche Medizinische Wochenschrift*, v. 65, n. 26, 1939, p. 1046-9.
- NEILL, Deborah. *Networks in tropical medicine: internationalism, colonialism, and the rise of a medical specialty, 1890-1930*. Stanford: Stanford University Press, 2012.
- NOCHT, Bernhard. Der derzeitige Stand der Akklimatisationsfrage. *Verhandlungen des deutschen Kolonialcongresses 1910*. Berlin: Kolonialkriegerdank, 1910, p. 278-289.
- RIBEIRO, Maria Alice Rosa. *História, ciência e tecnologia: 70 anos do Instituto Biológico de São Paulo na defesa da agricultura, 1927-1997*. São Paulo: Instituto Biológico, 1997.
- ROCHE, Jean. *A colonização alemã no Espirito Santo*. São Paulo: Difel, 1968.
- RODENWALDT, Ernst. *Tropenhygiene*. Stuttgart: Ferdinand Enke Verlag, 1938.
- SILVA, André Felipe Cândido da. *A trajetória científica de Henrique da Rocha Lima e as relações Brasil-Alemanha (1901-1956)*. Tese de Doutorado em História das Ciências e da Saúde, Casa de Oswaldo Cruz – Fiocruz, Rio de Janeiro, 2011.
- STEPAN, Nancy. *A Hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004.
- WAGEMANN, Ernst. *Die deutschen kolonisten im brasilianischen staate Espirito Santo*. (Schriften des Vereins für Sozialpolitik, 147. Band, 5). München und Leipzig: Duncker & Humblo, 1915.
- WEINBERG, Gerhard. *Hitler's foreign policy*. Nova York: Enigma Books, 2005.
- WORBOYS, Michael. Tropical diseases. In: BYNUM, W. F.; PORTER, Roy (eds.). *Companion Encyclopedia of the History of Medicine*. London/New York: Routledge, v. 1, p. 512-36, 1993.
- WULF, Stephan. *Das Hamburger Tropeninstitut 1919 bis 1945: auswärtige Kulturpolitik und Kolonialrevisionismus nach Versailles*. Berlin/Hamburg: Reimer, 1994.
- . Peter Mühlens. In KOPITZSCH, F.; BRIETZKE, D. *Hamburgische Biographie Personenlexikon*, v. 5. Göttingen: Wallstein Verlag, 2010a, p. 268-270.
- . Ernst Nauck. In KOPITZSCH, F.; BRIETZKE, D. *Hamburgische Biographie Personenlexikon*, v. 5. Göttingen: Wallstein Verlag, 2010b, p. 272-273.

Resumo

O artigo trata da expedição que os pesquisadores do Instituto de Medicina Tropical de Hamburgo, Gustav Giemsa e Ernst Nauck, fizeram à região de colonização alemã no Espirito Santo em 1936 a fim de investigar se aquela

população poderia ser considerada aclimatada ao ambiente tropical. O debate sobre aclimação ganhou força no Terceiro Reich, impulsionado pelas ambições coloniais nazistas e influenciado pela higiene racial e pelas disputas institucionais e teóricas no campo da medicina tropical. Apesar do quadro favorável encontrado no Espírito Santo, Giemsa e Nauck adequaram suas observações às diretrizes da política colonial nazista no final dos anos 1930.

Palavras-chave: aclimação racial; medicina tropical; colonização alemã no Espírito Santo; política colonial no Terceiro Reich.

Abstract

The article approaches the expedition of the researchers from the Hamburg Institute of Tropical Medicine, Gustav Giemsa and Ernst Nauck, in 1936, to a region settled by Germans in Espírito Santo, with the task to assess whether that population could be considered acclimatized to the tropical environment. The acclimatization debate intensified in the Third Reich, boosted by the Nazi's colonial ambitions and influenced by racial hygiene and by institutional and theoretical disputes within the tropical medicine's field. Despite the favorable portrait described by Nauck and Giemsa in Espírito Santo, they framed their observations according to the guidelines of the Nazi colonial politics at the end of 1930s.

Keywords: racial acclimatization; tropical medicine; German colonization in Espírito Santo; colonial politics of the Third Reich.

Résumé

Il s'agit d'un article sur l'expédition que les chercheurs de l'Institut de Médecine Tropicale à Hambourg, Gustav Giemsa et Ernst Nauck, ont fait dans la région de colonisation allemande dans l'état d'Espírito Santo en 1936 pour savoir si cette population pouvait être considérée acclimatée à l'environnement tropical. Le débat sur l'acclimatation a pris de l'envergure dans le Troisième Reich, stimulé par les ambitions coloniales nazis et influencé par l'hygiène raciale et par les conflits institutionnels et théoriques dans le domaine de la médecine tropicale. Malgré le cadre favorable retrouvé à Espírito Santo, Giemsa et Nauck ont adapté ses observations aux instructions de la politique coloniale nazi à la fin des années 1930.

Mots-clés: acclimatation raciale; médecine tropicale; colonisation allemande en Espírito Santo; politique coloniale du Troisième Reich.